



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Concorrência Internacional nº 02/2017

ANEXO 13

ACESSIBILIDADE



ACESSIBILIDADE

1. CONCEITO

A Constituição brasileira afirma que toda pessoa com deficiência deve ter as mesmas oportunidades e alcançar a sua independência social e econômica para integrar-se plenamente na sociedade, como parte de um processo em defesa da cidadania e do direito à inclusão social da pessoa com deficiência.

São definidas como pessoas com deficiência, segundo o Decreto Federal nº 914, de 06 de setembro de 1993, como “aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho das atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.” Ou, ainda, segundo o Ministério da Justiça como “aquele que possui incapacidade ou limitação para o desempenho de algum tipo de atividade”.

Para garantir que as pessoas com mobilidade reduzida se desloquem em condições seguras e com total autonomia, com ou sem a utilização de equipamentos de auxílio, as instituições, públicas e privadas, devem oferecer as condições mínimas de suporte e infraestrutura para que esse grupo de pessoas tenha acesso.

Assim, é possível definir ACESSIBILIDADE, como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos SERVIÇOS e dos dispositivos, SISTEMAS e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

2. OBJETIVO

- 2.1. O objetivo deste anexo é estabelecer os quesitos mínimos de acessibilidade nos veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros sobre pneus da Região Metropolitana de São Paulo e nos equipamentos urbanos a fim de priorizar o atendimento a pessoas portadoras de mobilidade reduzida permanente ou



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

transitória, idosos, gestantes, as lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo de transporte coletivo intermunicipal metropolitano a fim de priorizar o atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, os idosos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas de crianças de colo.

- 2.2. Os serviços de transporte coletivo desta modalidade deverão ser operados com veículos que atendam a legislação atualizada promotora da acessibilidade, bem como suas regulamentações e normas técnicas correspondentes.
- 2.3. Todos os equipamentos públicos serão instalados atendendo às normas técnicas de ACESSIBILIDADE universal, incluindo as edificações complementares, viários, terminais, pontos de parada e travessias em nível nos logradouros existentes.

3. LEGISLAÇÃO VIGENTE

- 3.1. A legislação que regula os preceitos de acessibilidade encontra-se prevista atualmente em um conjunto de dispositivos federais e estaduais.

ÂMBITO FEDERAL

- Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe Sobre o apoio o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesse coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;
- Lei Federal nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambiente de uso coletivo acompanhado de cão guia;
- Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 03 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e da outras providencias.
- Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Decreto Federal nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 11.126/2005 que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências;
- Portaria INMETRO nº 260, de 12 de julho de 2007, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adequação de Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o Transporte Coletivo de Passageiros.
- Resolução CONMETRO nº 14, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a vinculação da Norma ABNT NBR nº 14.022/2006 - Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o Transporte Coletivo de Passageiros ao Decreto nº 5.296/2004;
- Resolução CONMETRO nº 06, de 16 de setembro de 2008, que dispõe sobre a vinculação da norma ABNT NBR 15570:2008 – Especificações Técnicas para Fabricação de Veículos com Características Urbanas para Transporte Coletivo de Passageiros ao Decreto n.º 5.296/2004 e sobre a revogação da Resolução CONMETRO n.º 01/93.
- Resolução CONMETRO nº 06, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para adaptação e inspeção dos veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros aos requisitos de acessibilidade.

Norma Brasileira de Acessibilidade:

- Norma ABNT NBR 15320, primeira edição: 30/12/2005 – Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;
- Norma ABNT NBR NM 313, primeira edição: 02/02/2007 – Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

- Norma ABNT NBR 15599, primeira edição: 25/08/2008 – Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços;
- Norma ABNT NBR 14022, quarta edição: 06/01/2011 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiro;
- Norma ABNT NBR 15570, terceira edição: 06/01/2011 – Transporte - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros;
- Norma ABNT NBR 9050, terceira edição: 11/09/2015 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- Norma ABNT NBR 15646, terceira edição: 12/01/2016 – Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3 - Requisitos.

ÂMBITO ESTADUAL

- Lei Estadual nº 12.225, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a reserva de poltronas especiais para pessoas obesas em transportes públicos, cinemas, teatros e casas de espetáculos;
- Lei Estadual nº 15.179, de 23 de outubro de 2013, que Garante às pessoas idosas, maiores de 60 anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

característica rodoviária convencional, e dá outras providências correlatas;

- Resolução STM nº 27, de 5 de maio de 2006, que regulamenta sobre a reserva de poltronas especiais para pessoas obesas nos modais de transporte público coletivo de passageiros nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo;
- Resolução STM nº 63, de 13 de julho de 2010, que estabelece nova padronização para os veículos sobre pneus utilizados nas linhas do Sistema Regular Metropolitano no transporte coletivo de passageiros.

4. DA ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS

- 4.1. A acessibilidade aos serviços de transporte refere-se às condições de utilização dos veículos, terminais, dispositivos e equipamentos dos sistemas de transportes, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- 4.2. Para tornar o transporte acessível é necessária a eliminação das barreiras existentes no sistema de transporte promovendo a liberdade de movimento à circulação com segurança e acesso às informações. Essas barreiras não se encontram somente nos veículos, mas estendem-se de uma forma ampla envolvendo também os terminais, estações, aeroportos, portos, pontos de parada, vias principais, acessos e operação.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

5. DAS RESPONSABILIDADES

- 5.1. Cabe às empresas concessionárias, ao Governo do Estado de São Paulo, à Secretaria dos Transportes Metropolitanos e à EMTU/SP, cada qual segundo suas competências, garantir a implantação das providências necessárias na operação, nos terminais, nas estações, Plataforma de Embarque e Desembarque - PED e nas vias de acesso, de forma a assegurar as condições de acessibilidade previstas na legislação.
- 5.2. Cabe as concessionárias, ao Governo do Estado de São Paulo, à Secretaria dos Transportes Metropolitanos e à EMTU/SP, assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nesses serviços, para que prestem atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

6. CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

6.1. CARACTERÍSTICAS DA INFRAESTRUTURA

A CONCESSIONÁRIA deverá, quando requisitada e em atenção à disciplina do CONTRATO quanto a INVESTIMENTOS ADICIONAIS, implantar ou adequar as edificações de TERMINAIS e PED, priorizando o conforto e a segurança dos USUÁRIOS, adequando-os às normatizações de ACESSIBILIDADE universal.

Devem atender à Norma ABNT NBR 9050:2004 para serem considerados acessíveis todos os elementos projetos como as estruturas edificantes, acessos e áreas de circulação, comunicação e sinalização, sanitários e vestiários, equipamentos públicos e mobiliário urbano.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

O empreendimento como um todo, deverá atender as regulamentações e exigências normativas quanto à adequação de ACESSIBILIDADE universal.

7. DAS CONDIÇÕES DE INÍCIO DE OPERAÇÃO

- 7.1. Consideram-se acessíveis os veículos que atenderem na íntegra, o disposto na Norma ABNT NBR-14022 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiro – quarta edição: 06/01/2011.
- 7.2. Todos os elementos construtivos edificantes deverão estar acessíveis de acordo com a Norma ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos – terceira edição: 11/09/2015.